

## REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/EDUCADORES AMBIENTAIS

Mauro Guimarães<sup>1</sup>  
Edileuza Dias de Queiroz<sup>2</sup>  
Patrícia de Oliveira Plácido<sup>3</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem a intenção de suscitar discussões que vem sendo feitas em diferentes grupos de estudos e pesquisas em Educação Ambiental, em nível nacional. As questões levantadas foram postas e problematizadas no Grupo de Discussão de Pesquisa, *Pesquisa em Educação Ambiental: Formação de Educadores/Professores* durante o VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (VII EPEA). No VII EPEA foram apontadas e discutidas questões relevantes para a formação do educador ambiental, como um mosaico panorâmico de um momento do campo de pesquisa nessa temática. Debateu-se a relação colaborativa entre a universidade e a escola na formação do educador ambiental, também refletiu-se sobre a inserção da dimensão socioambiental na formação inicial e continuada do educador e referenciais teóricos que podem subsidiar a pretendida formação, bem como as políticas públicas de Educação Ambiental.

**Palavras-chaves:** Educação Ambiental. Formação de educadores. Questões de pesquisa.

## REFLECTIONS ON RESEARCH IN TEACHER FORMATION /ENVIRONMENTAL EDUCATORS

**Abstract:** This essay aims to raise discussions that have been made in different groups of studies and researches in Environmental Education at national level. The issues raised here were questioned by a discussion and research group called *Research in Environmental Education: Formation of Educators / Teachers*, during the VII Meeting of Research in Environmental Education (VII EPEA). This group highlighted and discussed relevant issues to the formation of environmental educators, as a panoramic mosaic of a moment related to the research on this theme. During the meeting, there were discussions about the collaborative relationship between the university and the school in the formation

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais, Professor pesquisador do quadro permanente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental Diversidade e Sustentabilidade – GEPEADS-UFRRJ; [guimamauro@hotmail.com](mailto:guimamauro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Campus de Nova Iguaçu – RJ, Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental Diversidade e Sustentabilidade – GEPEADS-UFRRJ. [edileuzaqueiroz@gmail.com](mailto:edileuzaqueiroz@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Meio Ambiente (UERJ), Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental Diversidade e Sustentabilidade – GEPEADS-UFRRJ. [profpatricia.placido@gmail.com](mailto:profpatricia.placido@gmail.com)

of environmental educators, and also reflections on the inclusion of social-environmental dimension in the initial and continuing teacher education, and theoretical frameworks which can support the required formation, as well as public policies in Environmental Education.

**Keywords:** Environmental Education. Formation of educators. Research issues.

## **REFLEXIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN EN LA FORMACIÓN DE LOS MAESTROS Y EDUCADORES AMBIENTALES**

**Resumen:** Este ensayo pretende fomentar el debate que se ha hecho en los diferentes grupos de estudios e investigaciones en Educación Ambiental en el ámbito nacional. Las cuestiones planteadas se pusieron en discusión en el Grupo de Discusión - Investigación en Educación Ambiental: Formación de Educadores/Profesores (VII EPEA). En el VII EPEA fueron identificadas y analizadas las cuestiones relativas a la formación de educadores ambientales, como un mosaico panorámico del campo de búsqueda sobre este tema discutido. La discusión sobre la relación de colaboración entre la universidad y la escuela en la preparación de los educadores ambientales también se refleja en la inclusión de la dimensión social y ambiental en la educación inicial y continua de los docentes y los marcos teóricos que pueden apoyar la formación necesaria, así como las políticas públicas de Educación Ambiental.

**Palabras clave:** Educación Ambiental. Formación de educadores. Cuestiones de investigación.

### **1. Considerações Iniciais**

Diante da grave crise socioambiental vivida no mundo, hoje, desvela-se a urgência da inserção da dimensão ambiental no meio educacional, até mesmo como um clamor já manifesto em todos os setores da sociedade. No entanto, tendo como pressuposto a gravidade da realidade atual, entende-se que a Educação Ambiental vocacionada para tal situação é a que se compromete com os processos de transformação da realidade socioambiental. Como identidade deste grupo<sup>4</sup> que se faz

---

<sup>4</sup> Participantes do GDP - Ana Lúcia F.R.Vieira (Sanasa Campinas); Mara Lucia Figueiredo (UniFeb); Antonio Fernando Guerra (Univale); Claudete Aparecida Formes (SME Jundiaí/SP); Jonas Bortolotti (Unesp); Ginia Cezar Bomtempo (UFV); Sandra Regina Brandini Souza (USP); Miriam Suleiman (Unesp); Regina Helena Munhoz (Unesp/Udesc); Carolina Buso Dornfeld (Unesp); Lorena Silva Oliveira Costa (IFG/UFMG); Ana Maria Almeida Rosa (UFMS); Letícia Veroni Drogoni (Unesp); Emerson Scluk (Universidade Metodista de São Paulo); Gladis T. Slonsky (IFSC); Gláucia Soares Barbosa (Unicamp); Monica Cardoso (UFRRJ); Leiri Valentim (Unesp); Ariane Di Tulio (UFSCar); Gilberto Dias de Alkim (Unesp); Milena dos Santos Silveira (UniVille); Talita Mazzine Lopes (Unesp); Letícia Zuleide de Lima (Unesp); Juliana Resende Torres (UFSCar); Laísa Maria Freire dos Santos (UFRJ); Alexandre Ferreira Lopes (UFRRJ).

anunciar neste artigo, compreende-se que um eixo de atuação sólido para a efetivação desse intento se realiza pela formação dos educadores para tal propósito, já que, até então, essa dimensão ainda não se encontra consolidada nos processos formativos das Licenciaturas e Pedagogia.

A formação de educadores/professores ancorada nos pressupostos da Educação Ambiental tem sido alvo de inúmeras e recentes pesquisas, mas consideramos que, como todo processo educacional que se pressupõe em uma formação permanente, ainda há um longo caminho a percorrer. Durante o VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (VII EPEA), o Grupo de Discussão de Pesquisa, *Pesquisa em Educação Ambiental: Formação de Educadores/Professores* levantou questões relevantes para a formação do educador ambiental, como um mosaico panorâmico de um momento do campo de pesquisa nessa temática. Os debates aprofundaram temáticas como a relação colaborativa entre a universidade e a escola na formação do educador ambiental e também sobre a inserção da dimensão socioambiental na formação inicial e continuada do educador, além de elencar referenciais teóricos que podem subsidiar a pretendida formação.

Nas discussões ressaltou-se a necessidade de definir novas estratégias de intervenção, de continuidade de projetos, de evolução de pesquisas e de políticas públicas, para que se possam subsidiar e estabelecer novos critérios de inserção e efetividade da dimensão socioambiental na formação do educador. Nesse sentido, foram apresentadas pesquisas que estão em consonância com as reflexões aqui apresentadas.

## **2. Questões relevantes para formação do educador ambiental**

Como encaminhamento das discussões, procurou-se perceber, diante dos trabalhos apresentados, algumas questões relevantes que devem ser consideradas para consolidar a formação de educadores ambientais.

Parte-se do princípio de que a educação é prática social e historicamente construída; é espaço dialético de limites e de possibilidades. Assim, há a necessidade de se analisar o papel que ela desempenha na disputa de interesses e as maneiras como pode, no mundo contemporâneo, com suas complexidades, contribuir, de forma significativa, para a construção de novas perspectivas sociais.

Dentre os trabalhos selecionados para discutir tais questões, observou-se que há a necessidade de desenvolver a percepção dos professores acerca da transformação vivenciada na realidade local. Assim, é preciso um olhar mais crítico, cultivando-se o viés do empoderamento dos professores para que fiquem mais atentos às transformações, tendo em vista os diversos sentidos que essa transformação ganha, tanto no meio acadêmico quanto em outros espaços sociais. Da *transformação* de comportamentos, por exemplo, alinhada a uma visão conservadora de Educação, à transformação da sociedade vigente, que, por sua vez, alinha-se a uma visão crítica de Educação Ambiental, que ganha um contorno mais claro no que toca a um enfrentamento aos paradigmas hegemônicos da sociedade capitalista atual.

Pelo não esvaziamento dessa questão, e na disputa do sentido de transformação, pensar a formação do educador, imersa no viés crítico, hoje significa, sem idealismo, pensar mudanças significativas na sociedade posta.

É nesse contexto de busca por outra realidade que se sobressai a formação de Educadores Ambientais numa perspectiva comprometida com um processo pedagógico atrelado à construção de uma proposta de modelo societário que se contrapõe ao atual, pois direciona suas análises e suas práticas para uma transformação significativa da sociedade, isto é, para uma transformação das relações de dominação e de exploração, de opressor e oprimido. Referências que podem ser buscadas numa interlocução com a Educação Popular e toda a Pedagogia Freireana.

Afirmou-se, também, que, *a justiça ambiental é um referencial teórico que embasa politicamente o debate ambiental e que a educação ambiental precisa dialogar com essa temática*. Ressalta-se, ainda, a aproximação que o movimento de justiça ambiental tem com a educação ambiental crítica, uma vez que as duas têm como objetos de análise os fenômenos sociais que são produzidos no meio ambiente e com ele. Diante do exposto, comunga-se com os ideais de Acsegrad, Herculano e Pádua (2004), que defendem a ideia de que os propósitos da justiça ambiental não podem admitir que a prosperidade dos ricos se dê por meio da expropriação daqueles que já são pobres, e que essa expropriação se dê em suas condições materiais de reprodução, pelas relações sociais de produção e consumo, pela apropriação privada de um bem comum que é para todos, como a Natureza.

Sendo assim, torna-se impossível separar o problema ambiental das formas simultâneas de opressão, que seriam responsáveis pela injustiça ambiental e a grande degradação socioambiental vigente na sociedade. Também, considerou-se que a justiça ambiental não deve trabalhar apenas com as questões econômicas, mas deve abarcar as demais demandas sociais – questão de gêneros, etnias, entre outros. Portanto, trazer a discussão da justiça ambiental para as ações de formação dos educadores ambientais implica em potencializarmos a percepção dos conflitos socioambientais que estão por trás das questões ambientais da atualidade.

Neste sentido, significa, ainda, instrumentalizarmos as ações, como forma de intervenção do educador ambiental sobre as relações de poder que estruturam a realidade socioambiental a partir da disputa dos interesses públicos que se antagonizam aos interesses privados hegemônicos. Essa prevalência, inclusive ideologicamente velada, tem levado a situações de degradação socioambiental, impactando, principalmente, os segmentos já desfavorecidos da sociedade moderna capitalista. Trazer essa perspectiva crítica para a formação de educadores se faz premente no comprometimento com o processo de transformação da realidade e da emancipação de populações oprimidas. Entendendo as discussões sobre Justiça Ambiental como:

[...] a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se a grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais, e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16).

Outra questão relevante – trazida no contexto de uma educação crítica, transformadora e emancipatória – focou a práxis e a construção da cidadania socioambiental, com destaque para as metodologias participativas como elementos

fundamentais a serem referenciados em pesquisas que tenham como objetivo substanciar o processo da formação do educador. Pois considerou-se que o processo formativo deve ser realizado como uma práxis.

A formação do educador passa por vivenciar essa práxis, numa conotação de prática refletida em processos de intervenção na realidade escolar, comunitária, até global. Intervenção que contribua e dinamize os movimentos de transformação que se realizam numa dimensão política, por sujeitos coletivos em processos participativos. Considerou-se o conceito de práxis e de participação como fundantes na formação dos educadores, para romper com a perspectiva mais clássica de uma educação bancária, cognitivista e comportamentalista que ainda prevalece.

Disto, ressalta-se a relevância de pesquisas que aprofundem essas referências e enfatiza-se a pertinência da pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa formação como metodologias de pesquisa afins a esses propósitos.

É preciso trazer para o processo formativo as reflexões de como o educador se posiciona, ou deve se posicionar, diante de aspectos sociais. Considera-se que as relações de subjugação na sociedade é uma de suas características estruturantes, e que refletir sobre as desigualdades no processo de formação de professores é essencial.

Alguns pesquisadores consideram que a sensibilização é fundamental no processo formativo de Educação Ambiental. Atentou-se para o fato de que a sensibilização é importante no processo formativo, para que este se converta em motivação de uma práxis – consequência de uma vivência no mundo. A sensibilização está contemplada no processo formativo, conferindo-nos o senso de pertencimento, essencial. Mas deve estar, dentro do processo de práxis formativa, conjugado com a construção racional e de construções cognitivas. Observou-se que algumas formações superficiais, que não vão além do processo de sensibilização, acabam faltando aprofundamento dos conhecimentos.

Destacou-se a intervenção como intencionalidade do processo formativo. No ambiente educativo de formação se constrói um processo de vivência de forma integral, de sensibilização, reflexão e ação. A formação humana é diferente da formação técnica, pois a primeira implica que o indivíduo se assuma como sujeito histórico da ação, e a segunda é vista como um processo de transmissão didática de conteúdos pré-estabelecidos e de técnicas, em detrimento de seu caráter político de formação de sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Em alguns espaços a Educação Ambiental é vista como um treinamento, com atividades pontuais, estanques, sem maiores reflexões com o todo, não abarcando a complexidade socioambiental. A Educação Ambiental que se pretende crítica, entendida na compreensão das contradições do sistema, que busca entender as múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais do tempo histórico e a materialidade das relações do Ser Humano em sociedade com a natureza, do Ser Humano com outro Ser Humano.

Para compreender a complexidade da questão socioambiental a partir da prática da educação ambiental, é preciso superar e romper com a perspectiva tradicional de Educação, que perpetua a hegemonia conservadora no fazer educativo, em que os educadores têm uma compreensão reduzida da questão e acabam por reproduzir práticas ingênuas. Quanto à limitação compreensiva inconsciente Guimarães (2004, p. 123) afirma:

É essa o que chamo de uma armadilha paradigmática que provoca a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva de forma redundante. Produto e

produtora de uma leitura de mundo e um fazer pedagógico atrelado ao “caminho único”, traçado pela racionalidade dominante da sociedade moderna e que busca ser inquestionável. É esse processo que vem gerando, predominantemente, ações educativas reconhecidas no cotidiano escolar como educação ambiental e que, por essa armadilha paradigmática na qual se aprisionam os professores, apresenta-se fragilizada em sua prática pedagógica. As práticas resultantes (por não saberem fazer diferente) tendem a reproduzir o fazer o pedagógico da educação tradicional, inebriando a perspectiva crítica e criativa do processo pedagógico, produzindo predominantemente na realidade escolar uma educação ambiental de caráter conservador.

Vale enfatizar que essa *armadilha paradigmática* cria mecanismos de reprodução, utilizando-se da crença de que a simples mudança de hábitos, a eficiência tecnológica e as tecnologias limpas do assim designado *desenvolvimento sustentável*, são suficientes para a salvação do planeta. Essa armadilha acaba por corroborar para que os educadores caminhem ingênua e alienadamente, uma vez que a relação dialética entre sociedade e meio ambiente – diante de tal armadilha – se traduz numa dicotomia ou simplesmente desaparece. Para o processo formativo em uma vertente crítica, romper com essa armadilha é oportunizar uma reflexão crítica em práticas diferenciadas de intervenção na realidade, que possam, pela intencionalidade da construção de outra realidade, manifestar uma práxis pedagógica. Considerou-se importante desconstruir a *receita pronta* do como fazer e buscar outras alternativas para a práxis em Educação Ambiental. No processo formativo de uma vivência coletiva é o próprio grupo, no processo, que define e constrói metodologias inovadoras.

### **3. Relação Universidade e Escola na formação do educador**

Conforme discussões no GDP, precisamos aprofundar reflexões acerca do diálogo universidade – escola. Enxergamos, na Universidade, caminhos que podem nos levar a construções diferentes das que hoje são predominantes. Assim como Fávero (2008, p. 56) fala do papel da Universidade:

No caso de uma universidade pública, mais que habilitar estudantes para atuar como profissionais no mercado de trabalho, ela deve formá-los para influir sobre a realidade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança, a partir de uma visão crítica da realidade.

Dessa forma, torna-se pertinente a conquista do importante papel da instituição universitária como locus de produção e disseminação de conhecimento, participante da formação de professores comprometidos com a transformação da nossa realidade, profundamente demarcada por desigualdades socioambientais.

Precisamos nos assumir enquanto educadores ambientais, responsáveis pelo processo de intervenção numa realidade posta, atuando politicamente na formação dos educadores, e buscar atuar nas brechas possíveis, como movimento contra-hegemônico, para implantar um novo fazer que ultrapasse as barreiras impostas, que são institucionalizadas na relação entre a universidade e a escola. A universidade como *locus* dos teóricos que pensam, e a escola os que fazem, prevalecendo assim, uma hierarquização que impede que esses atores se aproximem.

As lacunas e propostas a serem trabalhadas na pesquisa em Educação Ambiental devem buscar formas de aproximação entre escola e universidade a partir da educação

ambiental. Há alguns entraves percebidos a serem trabalhados, entre eles: poucos educadores ambientais que estão na universidade e que podem colaborar com a formação na escola, assim como um número pouco significativo de educadores ambientais na sociedade; compartilhamento/divulgação/retorno das pesquisas acadêmicas para as escolas; compatibilidade entre as agendas e interesses entre escola e universidade, o conciliar os diferentes tempos da escola com os da universidade; falta de conhecimento do professor recém formado para trabalhar com a educação ambiental. Citou-se, também, a potencialidade da parceria entre as universidades e os institutos federais para a disseminação das questões socioambientais na sociedade.

### **3.1. A dimensão socioambiental na formação inicial e continuada**

Pelo embasamento dos aspectos legais, através da Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA, a EA constitui-se como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Portanto pela própria demanda institucional, a inserção da perspectiva socioambiental nos cursos de formação inicial vem sendo temática de pesquisas. Nestas, há vários questionamentos em relação à inserção como disciplina, nos moldes curriculares tradicionais. Parece que há a construção de um consenso, no sentido de que considerá-la apenas uma disciplina não será eficaz para o tipo de inserção desejado, que contribua na construção de novas práticas sociais, inclusive acadêmicas. Argumenta-se sobre a importância de uma reforma curricular com espaços interdisciplinares e integradores, visando consolidar a perspectiva socioambiental na formação inicial. Mas, para que isso se materialize, é preciso romper com diversos obstáculos. Em relação a esse processo, Queiroz (2012, p. 31) ressalta que:

Deparamo-nos com vários obstáculos, dentre os quais estão o tímido movimento na Universidade no sentido de incorporar as questões socioambientais em suas estruturas curriculares e institucionais e a tradicional organização em departamentos. No caso, essa departamentalização acaba por supervalorizar a especificidade da área de conhecimento e reforçar a cultura disciplinar, o que enfraquece as possibilidades interdisciplinares. Nesse sentido, inserir a dimensão socioambiental nas Universidades é um processo de construção de uma nova cultura acadêmica que não se faz em curto prazo.

No momento atual, a Educação Ambiental no Ensino Superior se consolida de forma mais efetiva nos cursos de pós-graduação, e ainda é incipiente essa inserção na graduação. Assim, temos observado que algumas instituições têm encontrado *brechas* para a inserção da dimensão socioambiental, por exemplo, com a criação de seminários obrigatórios e com a atuação dos grupos de pesquisas que também desenvolvem projetos de extensão, além da presença de disciplinas optativas nos cursos de graduação.

Isso traz para o debate a questão da incipiência formativa de quando o educador chega à pós-graduação e recebe essa formação, já tendo percorrido uma trajetória profissional sem adquirir conhecimentos e práticas acerca da questão socioambiental. Nesse sentido, apostamos na formação inicial, concordando com Gatti et al (2011, p.89) ao afirmarem que:

A formação inicial de professores tem importância ímpar, uma vez que cria as bases sobre as quais esse profissional vem a ter condições de exercer as atividades educativas na escola com as crianças e jovens que aí adentram, como também, as bases de sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização.

Nessa direção, Imbernón (2010) afirma que o currículo formativo deveria promover experiências interdisciplinares, por permitir ao professor em formação vivenciar a integração dos conhecimentos e dos procedimentos das diversas disciplinas. Dessa forma, também acreditamos que a Educação Ambiental deva estar presente no currículo dos cursos de formação de professores de forma interdisciplinar, pois, assim, será capaz de fomentar nos professores uma “atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento” (FAZENDA, 2008, p. 17), pois isto lhes propiciará, em suas práticas pedagógicas, uma pré-disponibilidade a uma abordagem integradora e transversal na escola.

Há a necessidade de trazer para os cursos de formação de educadores uma dimensão complexa, integradora das diversas dimensões da realidade socioambiental. Entre essas dimensões, está a política, com visões e posturas de mundo que envolvem discussões sobre exclusão e desigualdade.

Percebemos que existe um descompasso entre o discurso sobre a inserção e a efetivação da Educação Ambiental e a prática, seja na escola, seja na Universidade. Então, é preciso que as instituições formadoras direcionem a atenção para esse fato, a começar pela reflexão sobre o papel dos professores formadores. Nesse sentido, Queiroz (2012), alerta para o fato de que existe um silêncio no que diz respeito aos debates socioambientais, no campo das políticas curriculares para a educação superior, apesar da demanda institucional da Política Nacional de Educação Ambiental.

Apesar dos limites impostos, acreditamos no potencial da Educação Ambiental em sua vertente crítica, entre várias perspectivas no campo, como força propulsora capaz de contribuir de maneira eficaz para a formação de educadores ambientais com condições de romper com a *armadilha paradigmática* (GUIMARÃES, 2004). Dessa forma, acredita-se que uma das possibilidades para a inserção da dimensão socioambiental na formação de educadores é a discussão da temática na instituição universitária, especialmente junto aos cursos de Licenciatura, assim como recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, (Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012), que em seu Art. 19, § 1º consta:

Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar (BRASIL, 2012).

Essas diretrizes apontam alguns direcionamentos importantes, no sentido da necessidade da inserção e efetivação da Educação Ambiental em todos os níveis do processo educativo. Mas atentamos para o fato de que alguns movimentos no interior das instituições formadoras devem acontecer, para que sejam incorporadas nas propostas curriculares dos seus cursos. Não basta o conhecimento da legislação, é preciso reflexão e materialização nas práticas docentes como conquistas do educador-pesquisador dentro da universidade.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a articulação entre a Universidade e campo de pesquisa em Educação Ambiental, o que remete à necessidade de definir novas estratégias de intervenção, de continuidade de projetos, de evolução de pesquisas

e de políticas públicas, para que se possam subsidiar e estabelecer novos critérios de inserção e efetividade da dimensão socioambiental.

Assim, consideramos que programas de governo precisam ser fortalecidos, devem se tornar programas de Estado, ou seja, caminhar para as políticas públicas de fortalecimento da inserção socioambiental na universidade e, principalmente, nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, na formação de educadores capazes de repercutir na sociedade.

#### **4. Considerações finais**

Neste ensaio, procurou-se delinear uma discussão de modo bastante sintético, mas não superficial, sobre questões relevantes para a formação dos educadores, entendendo-as como um eixo de atuação sólido para a efetivação dos processos de transformação da realidade socioambiental e para a compreensão do debate educacional que surge em meio aos embates acerca da crise socioambiental como instrumento de luta pela transformação.

No entanto, foram levantadas aqui apenas algumas questões do interesse dos participantes do GDP. Questões, estas, suscitadas da discussão empreendida em suas experiências e práticas, já que, até então, essa dimensão ainda não se encontra consolidada nos processos formativos das Licenciaturas e Pedagogia.

A pesquisa em formação de professores/educadores ambientais tem vasto campo a se desenvolver e, entre essas temáticas apresentadas nesse GDP, outras questões também se colocam, tais como: que indicadores produzimos para o acompanhamento dessas questões? Que lacunas percebemos para a produção do conhecimento concernente à temática? Logo, em forma de ensaio, surge, aqui, sinalizações de brechas que certamente alimentará novas discussões em Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental vindouros.

#### **Referências**

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial*, Brasília, 18 jun. 2012.

FAZENDA, I. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

FÁVERO, M. L. A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (Org.). *Formação de professores: pensar e fazer*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 53-71

GATTI, B. et al. *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011

GUIMARÃES, M. *A formação de educadores ambientais*. Campinas: Papirus, 2004.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, E.D. *A inserção da dimensão socioambiental na formação inicial de educadores*. 129 fls. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ, 2012.

Artigo submetido em 19/02/2013

Artigo aprovado em 12/05/2014